



Eduardo Aigner/CC BY

Capítulo 10

Uma reforma sem “reinventar a roda”

O projeto de transformação que passou por cima de professores e diretores em Goiás

SECRETARIA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Escrito por Demétrio Weber Rosa e revisado por Danilo Leite Dalmon e Felipe Michel Braga em 2018. As aspas sem indicação de fonte correspondem a entrevistas realizadas entre janeiro e fevereiro de 2018. Biografia completa do autor e material adicional disponíveis no *site*: <www.casosdepoliticaspUBLICAS.com.br>.

Thiago Peixoto estava em um restaurante do Itaim Bibi, bairro nobre da cidade de São Paulo (SP), quando soube que seria chamado para ocupar o cargo de secretário da Educação de Goiás. Quem lhe deu a notícia foi seu pai, Flávio Peixoto, um político com longa carreira no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) goiano e que chegou a ser ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente no governo do ex-presidente José Sarney.¹ Naquele mesmo dia, mais cedo, Flávio recebeu uma ligação do então governador eleito de Goiás, Marconi Perillo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que antecipou o convite. O governador telefonaria para Thiago no dia seguinte.

Pai e filho estavam no restaurante por ocasião do aniversário de um parente. Era dezembro de 2010, perto do Natal. Thiago já havia sido sondado por um amigo, informalmente, mas não deu crédito, afinal, Perillo era a principal liderança do PSDB goiano, senador e duas vezes governador. Thiago era um nome em ascensão no PMDB: deputado estadual de primeiro mandato, tinha acabado de ser eleito deputado federal e despontava como futuro adversário de Perillo. Em Goiás, tucanos e peemedebistas faziam oposição uns aos outros.

Como conta Thiago, o jantar terminou, mas as palavras do pai não saíram da sua mente: “O governador te ligou. Acho que ele vai te convidar para ser secretário da Educação”. O recado, claro, provocou entusiasmo no jovem deputado, mas também o deixou apreensivo. À primeira vista,

1 De 15 de março de 1985 a 14 de fevereiro de 1986.

não fazia sentido que Perillo chamasse alguém da oposição, ainda mais para um cargo de tanta visibilidade. Por outro lado, o gesto poderia ter o intuito de isolar uma jovem promessa do PMDB ou, ainda, de atrair uma parcela de peemedebistas para a órbita tucana.

Thiago teria de pesar os prós e os contras. Aceitar o convite significaria mudar de lado, ameaçando até a sua permanência no PMDB. Naquele ano, a disputa no segundo turno das eleições para governador em Goiás havia sido entre PSDB e PMDB, ou melhor, entre Perillo e Iris Rezende, o “cacique” goiano do PMDB. Thiago relata que fizera campanha para Iris, em quem votou no primeiro e no segundo turno. “Eu mal conhecia o governador Marconi Perillo, era adversário político dele. Fiquei assustado”, confidenciou. Ser secretário da Educação de Goiás era tudo o que Thiago queria naquele momento. Mas no governo Perillo?

Quando atendeu ao telefone, no dia seguinte, o deputado pensou em rejeitar o convite. O futuro governador, porém, logo disse que não esperava resposta naquele momento, pois queria retomar a conversa pessoalmente. De volta a Goiânia, Thiago gostou do que ouviu. “A gente ficou mais de duas horas conversando e percebi que tínhamos afinidade: ele queria alguém de fora, que não tivesse relações corporativistas”, disse.

Thiago saiu do encontro com a certeza de que teria carta branca para fazer o que fosse necessário para mudar a educação no estado. Sua resposta positiva a Perillo causou comoção na política goiana. “Virou *trending topics* no Twitter”, lembrou um assessor.

O próprio Thiago descreve o impacto de ter aceitado o convite de Perillo: “Foi um terremoto político. Eu era visto, de fato, como uma figura do PMDB até para enfrentá-lo no futuro, mas passei a ser aliado do governador. O cargo de secretário da Educação era um sonho que eu tinha. Como homem público, o que eu poderia fazer que fosse mais importante do que isso? Passei a ser responsável pela educação de 700 mil alunos, o futuro de todos eles poderia ser influenciado por mim. O que pode ser mais gratificante para um homem público? Na minha vida, não conseguia ver nada mais”, conta.

Naquele momento, a rede estadual goiana de ensino médio ocupava a 16ª colocação no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (Ideb), do Ministério da Educação (MEC). Com Ideb de 3,1, vinha perdendo posições e estava abaixo da média das redes estaduais no país, que era de 3,4. Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), ocorria o mesmo: a média goiana era menor que a nacional. Em todo o estado, considerando-se as redes pública e privada, apenas 27% dos estudantes chegavam ao fim do ensino médio com níveis adequados em Língua Portuguesa, índice que caía para 8,9% em Matemática.¹ Até nisso, Goiás estava abaixo da média brasileira, que era de 28,9% dos alunos com conhecimentos suficientes de Língua Portuguesa e 11% de Matemática.

Thiago estava convencido de que essa defasagem da rede de ensino goiana decorria de problemas tão elementares que seria possível dar um salto de qualidade em pouco tempo e mudar o cenário da educação no estado. Para isso, bastariam ações simples, como iniciativas já comprovadamente bem-sucedidas em outros lugares. Agora, restava selecionar quais dessas ações seriam executadas e implementá-las de forma articulada. Essa solução daria conta dos desafios da rede estadual? Thiago achava que sim e se considerava pronto para a missão.

INSPIRAÇÕES E PLANOS

O novo secretário tinha pressa por resultados e sabia que precisaria de ajuda. Os dias seguintes ao convite foram de correria, tendo em vista que era preciso começar a montar a equipe e desenhar os planos para a reforma do sistema goiano. Em outra frente, lidava com as pressões do PMDB, que ameaçava expulsá-lo da legenda.

Thiago tinha acabado de assistir ao documentário *Waiting for “Superman”* (Esperando pelo “Super-Homem”, em tradução livre),¹¹ que trata das mazelas do sistema de ensino dos Estados Unidos, e via com entusiasmo a reforma implementada pela ex-secretária da Educação de Washington D. C., Michelle Rhee – uma gestora que comprou briga com sindicatos ao propor o fim da estabilidade no emprego de professores da rede pública.

O secretário achava que o foco de qualquer sistema de ensino deveria ser a melhoria da aprendizagem dos alunos. Daí sua crença de que o corporativismo de professores e demais trabalhadores da educação era um dos principais obstáculos, se não o maior, para fazer a rede pública avançar. Ele via nos sindicatos uma atuação pautada pelos interesses das respectivas categorias, sem levar em conta o que os estudantes, de fato, precisavam. Inverter essa lógica, na visão do novo secretário, era indispensável para que Goiás conseguisse superar décadas de atraso.

Desde o início, Thiago sinalizou que sua gestão deveria produzir resultados em curto prazo. “É muito difícil lidar com a educação, porque ela só dá resultados em longo prazo. Por isso, desenvolvi um princípio diferente: em longo prazo, a educação é capaz de gerar desenvolvimento econômico, mas, no curto prazo, ela também gera resultados, porque cada dia de aula conta. Se você conseguir mudar um ano letivo, aquele ano vai ter impacto na vida dos estudantes. O resultado, então, é aula a aula. A cada dia, o aluno tem que aprender mais. A partir desse princípio, a gente criou um plano com visão de longo prazo, mas que tinha que dar resultados em curto prazo”, relatou.

A ideia era lançar o planejamento de sua reforma, que se chamaria Pacto pela Educação, ainda no primeiro semestre. Esse plano continha ações simples e comprovadas, escolhidas para superar o desafio de mudar a educação no estado. Thiago não tinha tempo a perder. Ao tomar posse, estava decidido a contratar uma consultoria internacional para formatar a reforma educacional que pretendia implementar. O problema é que a Secretaria da Educação não tinha dinheiro para isso.

A solução foi pedir ajuda ao Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ligada a Jorge Gerdau, empresário da siderurgia. O MBC poderia intermediar a contratação da consultoria com recursos da iniciativa privada, sem gerar despesas para o governo estadual. Thiago conversou com o governador Perillo, que procurou três empresas com atuação em Goiás: Mitsubishi, Caoa e Cargill. O modelo de consultoria financiado pelo setor privado acabou servindo também para outras áreas do governo do estado.

A primeira opção foi a consultoria estadunidense McKinsey & Company. Apesar da excelência técnica da empresa, o secretário ficou com a sensação de que receberia uma espécie de receita de bolo, com o passo a passo já definido, sem levar em conta as vicissitudes de Goiás. Por isso, acabou optando pela Bain & Company, outra empresa com sede nos Estados Unidos, mas com a escalação de consultores goianos para o projeto.

O ponto de partida foi olhar para o Brasil e para o mundo em busca de ações que pudessem ser úteis à rede pública goiana. Em paralelo ao trabalho da Bain, o secretário e alguns de seus assessores foram conhecer de perto a experiência de cidades como Rio de Janeiro, de estados como Ceará, São Paulo e Pernambuco e de países como Chile, Cingapura e Finlândia. A jornada começou ainda nos primeiros meses do ano. “A gente não poderia cair no erro de querer importar iniciativas que tiveram sucesso em contextos muito diferentes do nosso, que é de desigualdade. Então, abrimos duas frentes: olhar para o que estava acontecendo no mundo e olhar para dentro. Thiago e eu fomos ao Chile, aos Estados Unidos e, mais tarde, à Finlândia. Em Goiás, fomos conhecer não só as melhores escolas no Ideb, mas também as que mais tinham melhorado. Estávamos em busca de evidências”, conta José Frederico Lyra Neto, então chefe do Núcleo da Reforma Educacional da Secretaria da Educação.

Thiago percebeu que não faltavam bons exemplos. “Nosso papel não era inventar a roda. Era ver o que estava dando certo em outros estados e no mundo e trabalhar para colocar em prática um conjunto de ações. Em vez de ser pioneiro numa ação específica, o pioneirismo que queríamos era o de botar tudo junto para funcionar. Esse era o desafio.”

RECADOS NO CHÃO DA ESCOLA

Ao assumir o cargo, logo na primeira entrevista coletiva, em 3 de janeiro de 2010, ele prometeu visitar as 1.095 escolas da rede estadual de Goiás. Cinco dias depois, antes do início do ano letivo, começou a

percorrer colégios de Goiânia. Em seguida, visitou municípios do interior, em viagens de carro ou de avião.

Thiago partia da premissa de que um fosso separava as políticas educacionais, em geral concebidas em “gabinetes com ar-condicionado”, da realidade enfrentada por estudantes, professores e demais funcionários. Ele queria estar dentro de cada escola, cara a cara com diretores, professores e alunos, sem intermediários e sem “maquiagens”. As visitas também serviam para mandar recados e mobilizar diretores e professores em torno das propostas da reforma que pretendia anunciar em breve.

Bastaram alguns dias para o secretário aperfeiçoar a estratégia, a fim de evitar que aulas fossem interrompidas e que problemas fossem maquiados durante a sua visita. “Como os outros secretários raramente faziam isso, as visitas passaram a ser um acontecimento. Percebi que eu estava tirando as escolas da rotina e, com isso, não conseguia as informações de que precisava. Então, passei a avisar apenas um dia antes”, relata Thiago.

Depois de ir a alguns colégios, ele estabeleceu uma espécie de protocolo: ao ser recebido pelo diretor, já perguntava logo qual era o número de alunos matriculados e qual o Ideb da escola. Invariavelmente, ouvia respostas imprecisas de diretores que desconheciam a quantidade exata de estudantes ou mesmo o Ideb da instituição. “Era comum ouvir o diretor dizer que tinha ‘em torno’ de tantos alunos”, relembra. Mas, para o secretário, essa era a deixa para dar seu recado: “Quando isso ocorria, eu já falava o número exato e completava: ‘É importante saber esse número, porque cada aluno conta’. Começava assim mesmo, com uma conversa dura. Aí perguntava qual era o Ideb, e parecia que eu estava perguntando uma fórmula de física daquelas mais difíceis. Muitos não sabiam”.

Thiago gostava, particularmente, do contato direto com os estudantes, olho no olho. Na abertura do ano letivo de 2011, visitou 12 escolas. Começou pelo Colégio Estadual Edmundo Rocha, na Vila Mutirão I, em Goiânia: “Se nós queremos transformar o ensino público em nosso estado, é fundamental que essa vontade de mudança também se faça presente na escola”, afirmou.^{III}

APRENDER... APRENDER A FAZER TESTES

Animado com a possibilidade de obter resultados no curto prazo, Thiago abriu diversas frentes de trabalho logo no início de sua gestão, em paralelo à construção e à formalização do Pacto pela Educação de Goiás. Uma delas foi a seleção e formação de diretores de escola. Outra foi a definição de mecanismos de incentivo para professores. Antes disso, criou uma avaliação que mudou a rotina das escolas.

Em uma gestão focada na aprendizagem, o Ideb era o norteador. Em suas visitas, Thiago logo concluiu que o desconhecimento sobre o índice agravava ainda mais o fraco desempenho de muitas escolas no sistema de avaliação do MEC, com reflexos em toda a rede. Assim como muitos professores e diretores, grande parte dos alunos ignorava conteúdos e o formato das questões que caíam na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do MEC.²

O então superintendente de Acompanhamento dos Programas Institucionais da Secretaria de Educação de Goiás, Erick Jacques, ficou impressionado: “Quando a gente chegou, o pessoal mal sabia o que era o Ideb. Sabia que era um índice, mas, se você perguntasse o que refletia, não sabiam. Não tinha ideia do que era um descritor. Em março, a Secretaria da Educação começou a fazer provas baseadas nos descritores da Prova Brasil. A gente entendia que a dificuldade do aluno refletia a dificuldade do professor”, conta o ex-superintendente.

Thiago determinou a imediata aplicação de exames nos moldes da Prova Brasil e do Saeb. A iniciativa foi batizada de Avaliação Diagnóstica. Os testes de Língua Portuguesa e Matemática – mesmas áreas avaliadas pela Prova Brasil e pelo Saeb – eram elaborados pela equipe pedagógica da própria Secretaria da Educação, com base no banco de questões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelos exames nacionais.

Essa espécie de simulado cumpria pelo menos dois papéis: de um lado, diagnosticar fraquezas do alunado, de modo que a Secretaria agisse

2 A Prova Brasil compõe o Saeb e seus resultados são usados para calcular o Ideb. Esse processo é realizado a cada dois anos, com questões de Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, o cálculo do Ideb usa resultados de fluxo (aprovação e abandono).

para qualificar os professores responsáveis por aqueles conteúdos; e, de outro, familiarizar os estudantes com a Prova Brasil e o Saeb, contribuindo para elevar seu desempenho nos exames oficiais.

A primeira Avaliação Diagnóstica foi realizada em 3 de março e passou a ser bimestral. Os testes, ainda lacrados, foram distribuídos às 38 Subsecretarias Regionais de Ensino, de onde seguiram para os 246 municípios goianos. Participaram alunos do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio – justamente as séries avaliadas no cálculo do Ideb, cujas provas seriam aplicadas no fim do ano, pelo Inep.

O secretário resumiu o objetivo da Avaliação Diagnóstica da seguinte maneira: “Nós queremos ter a mão no pulso do aluno. Queremos saber se ele está aprendendo ou não. O foco de todo esse processo é o aluno, e sua correta aprendizagem é fundamental”.^{IV}

A Avaliação Diagnóstica levou à criação do Sistema de Avaliação do Estado de Goiás (Saego), que incluía a Prova Goiás (similar à Prova Brasil) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (Idego), nos moldes do Ideb. Diferentemente do Ideb, que era calculado a cada dois anos, o Idego teria aferição anual.

A ideia era que os alunos goianos fizessem testes bimestrais – com a devolução dos resultados às escolas ainda durante o ano letivo, para eventuais correções de rumo – além do exame anual da Prova Goiás, específico para o cálculo do Idego, cuja primeira edição seria aplicada em novembro de 2011.

Em 1º de abril, o secretário divulgou os resultados da primeira Avaliação Diagnóstica, na qual os estudantes tiveram um desempenho abaixo do esperado. “Os números indicam que temos muito trabalho pela frente, temos que avançar e fazer intervenções que assegurem um melhor aprendizado, principalmente nessa fase”, afirmou Thiago, em entrevista coletiva, na ocasião.^V

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) condenou a forma como a Secretaria da Educação vinha conduzindo a Avaliação Diagnóstica. O primeiro equívoco, segundo o sindicato, tinha sido a elaboração da prova sem a participação dos professores e da comunidade escolar.

O Sintego também classificou como erro a divulgação dos resultados para a imprensa, dado o risco de expor negativamente os estudantes. “A intenção parece ser expor os estudantes fragilizados por um ensino que sofreu com o descaso do poder público durante anos para depois ganhar os créditos políticos por qualquer melhoria conquistada”, disse a presidente do sindicato, Iêda Leal, em nota.^{v1}

Na mesma nota, o Sintego defendeu a inédita avaliação como ação emergencial para corrigir problemas e melhorar o rendimento dos estudantes, mas criticou a postura do secretário, que “teria cobrado de todos os profissionais das escolas mudanças dentro de 40 dias, quando então será aplicado um segundo teste”.

A tesoureira do sindicato, professora conhecida como Bia de Lima, reagiu: “Mudanças? Como, se não houve até agora nenhum avanço nas demandas apresentadas ao secretário quanto à valorização profissional [nem quanto] às melhorias na qualidade de ensino?”, cobrou ela, na nota divulgada pelo sindicato. A secretária-geral do Sintego, Alba Lauria, observou que os problemas de aprendizagem não poderiam ser imputados à falta de compromisso nem à mobilização da categoria: “Ou o secretário acha que, ao longo dos anos, sempre que sai o resultado do Ideb e as notas aparecem baixas, os educadores cruzam os braços e fingem que não está acontecendo nada?”.

Em tom duro, a nota do sindicato afirmava: “Já se passaram quase 100 dias de governo. Nenhuma promessa de campanha foi cumprida. Nem sequer foi apresentado um calendário com o cronograma para atender o que foi dito durante as eleições”.

AUTONOMIA, COBRANÇA E EMBATES

Logo que assumiu, Thiago soube que os mandatos dos diretores de escola da rede estadual terminariam no primeiro semestre e viu aí a chance de aprimorar o processo de escolha dos dirigentes. A ideia era contar com dirigentes ainda mais qualificados para a implementação do Pacto pela Educação, que pretendia lançar nos próximos meses.

Para o secretário, os diretores eram peças-chave, dado o papel estratégico que desempenhavam na gestão de pessoal e na implementação dos programas da Secretaria da Educação. Embora favorável às eleições, ele achava necessário garantir um mínimo de qualificação técnica aos dirigentes escolares.

Seu maior receio era de que a lógica eleitoral contaminasse a esfera administrativa, levando diretores a se curvarem a interesses individuais ou de grupos específicos. Por um lado, Thiago queria dirigentes que tivessem, pelo menos, noções mínimas de gestão. Por outro, achava imprescindível que quem estivesse à frente das escolas soubesse dizer “não” quando necessário. “A gente percebeu que o diretor [que ganhava as eleições] era a figura mais popular, mas não necessariamente a mais competente. Democrático de verdade é você oferecer educação de qualidade”, afirmou ele.

As novas regras foram anunciadas em 28 de fevereiro, em um evento em que Thiago e Perillo reuniram mais de mil diretores para antecipar outra medida que impactaria diretamente a categoria: um aumento de 45% na gratificação paga aos diretores de escola. “Vocês, gestores, têm um papel fundamental na implementação da revolução que estamos propondo para a educação em Goiás, pois são vocês que vão liderar as mudanças na escola”, afirmou Thiago.^{VII}

Com o aumento, a gratificação oscilaria entre R\$ 750,38 e R\$ 1.250,00 por mês, conforme o tamanho da instituição, nas unidades com aulas em dois turnos. Nas que funcionavam nos três turnos, os valores dobravam, podendo chegar a R\$ 2.500,00 por mês.

A proposta do governo estadual, que ainda seria enviada à Assembleia Legislativa, trazia diversas mudanças, mas mantinha as eleições diretas. Nelas, podiam votar professores, funcionários administrativos, pais de alunos e estudantes. Os professores que desejassem se candidatar a diretor de escola, porém, seriam obrigados a fazer curso a distância de gestão escolar, com duração de quarenta horas, e a passar por uma pré-seleção: só poderia concorrer quem fosse aprovado em uma prova ao final do curso. Além disso, os candidatos teriam de apresentar um plano de trabalho.

As mudanças pareciam pensadas para capacitar os novos diretores e dar mais autonomia para que atingissem as metas. Em troca, eles seriam cobrados por elas. Os eleitos deveriam cursar uma especialização de um ano e meio em gestão educacional, e a duração do mandato aumentaria de dois para três anos. Além disso, vice-diretores e secretários de escola deixariam de ser eleitos, passando a ser indicados pelo diretor. Por outro lado, os diretores deveriam assinar um termo de compromisso prevendo sua destituição do cargo caso a escola não atingisse as metas do Ideb.

Para Thiago, a justificativa era clara, pois, uma vez que o foco de sua gestão eram os estudantes, com vistas à melhoria da aprendizagem, ele faria o que fosse preciso para elevar as condições de ensino. “Se aceitarmos algum gestor não qualificado em nossos quadros, colocamos em risco o futuro de muitas crianças e jovens”, disse ele.^{viii}

As eleições foram marcadas para 28 de junho de 2011. Antes, no dia 12 daquele mês, os pré-candidatos fizeram a prova de encerramento do curso a distância. Apenas 1.226 de um total de cerca de 3 mil pré-candidatos tinham sido aprovados.^{ix} Das 1.095 escolas da rede estadual, 328 não tiveram pleito na data prevista por falta de candidatos.^x

BATENDO DE FRENTE COM OS PROFESSORES

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás bateu de frente com Thiago por causa das mudanças nas eleições de diretores de escola. O secretário ganhou logo a pecha de autoritário.

Em 14 de março, a então presidente do Sintego, Iêda Leal, tomou posse como conselheira no Conselho Estadual de Educação (CEE). Ela reclamou da falta de diálogo: “Chama a atenção o fato de o secretário ter se comprometido a debater [previamente] com os segmentos todos os projetos que interferissem no ensino público e isso até agora não aconteceu. Ficamos sabendo das decisões dele por meio da imprensa ou depois que elas já foram tomadas”.^{xi}

O sindicato estava surpreso com a iniciativa do novo secretário de transferir, do CEE para a Secretaria da Educação, a prerrogativa de normatizar o processo de escolha de diretores.

Naquele início da gestão de Thiago, o Conselho também estava às voltas com outro tema ligado ao novo secretário, ou melhor, à atuação dele como deputado estadual. No ano anterior, sem alarde, a Assembleia Legislativa havia aprovado um projeto de lei de Thiago que acabava com qualquer limite ao número de alunos por sala no ensino médio das escolas particulares. O Sintego era contra a medida e queria saber se o agora secretário pretendia fazer o mesmo na rede pública.

Os atritos foram crescendo à medida que se aproximava a data da eleição dos diretores de escola. O Sintego atacava a pré-seleção de candidatos via prova eliminatória, bem como a possibilidade de destituição dos diretores de escolas que não atingissem as metas do Ideb.

Na opinião de Bia de Lima, a centralização do poder de mudar as regras da gestão democrática na escola, nas mãos do secretário, já fora um mau sinal: “a Secretaria da Educação não tem que criar barreiras para impedir que a pessoa seja candidata. Claro que não somos contra a qualificação do gestor. Mas isso tem que ocorrer depois e não antes”.

O Sintego entrou na Justiça contra o caráter eliminatório da prova e contra a possibilidade de afastamento atrelado ao desempenho no Ideb. Divulgou nota com a seguinte crítica à destituição de diretores com base no índice: “O sindicato acredita que isso vai totalmente contra o que se entende por gestão democrática e coloca em um único profissional uma responsabilidade que é de todos, inclusive do secretário e do governador Marconi Perillo”.^{xii}

Thiago disse que foi surpreendido pelo fraco desempenho dos pré-candidatos na primeira prova de seleção. “Para nosso susto, e até por não levarem muito a sério, poucos professores concluíram o curso e passaram na prova. Eram coisas elementares, mais para estabelecer um novo conceito do que para cobrar resultados. A gente se assustou muito, mas não abrimos mão de estabelecer esse critério. Até dar certo”, afirmou o secretário.

Como o número de aprovados não foi suficiente para alocar novos diretores em todas as escolas, foi preciso realizar outra prova e novas eleições. Em 31 de agosto, 335 candidatos concorreram à direção de 269 escolas.^{xiii} Ainda assim, dezenas de escolas continuaram na mesma situação, e a Secretaria da Educação acabou nomeando diretores para essas unidades.

Diante desses resultados, o Sintego acusou Thiago de acabar com a gestão democrática. Alguns dos argumentos buscavam colocar em xeque a suposta racionalidade das medidas adotadas pelo secretário: “Professores, funcionários administrativos, pais e alunos não terão a chance de escolher o candidato que tiver a melhor proposta pedagógica, uma vez que, pelo resultado, percebe-se que muitas escolas terão apenas um candidato. Mesmo que não tenha a maioria dos votos ou que sua proposta não agrade à comunidade escolar na qual o colégio está inserido, o candidato único será eleito.”^{XIV}

Thiago não recuou diante das críticas. Já no fim do ano, a Secretaria da Educação afastou cerca de cinquenta diretores que não haviam cumprido obrigações do curso de especialização em gestão educacional, previstas no termo de compromisso assinado na época da eleição. Thiago considerou essencial mostrar para a rede que os novos critérios eram para valer, como ele mesmo conta: “Foi tudo estabelecido num ambiente sem muita credibilidade. Ninguém achou que era para valer: assinaram o compromisso e acharam que nada aconteceria. A gente conseguiu tirar os piores diretores: uns cinquenta num universo de mil. Em dezembro, quando fizemos a substituição desses diretores que tinham tomado posse em agosto, foi uma mensagem que passamos para a rede: o curso [de especialização] era para valer, e a gente ia implementar as mudanças. Se alguém tivesse que perder o cargo, perderia. É interessante como essas coisas funcionam: os outros diretores entenderam que era para valer”.

BÔNUS, UMA QUESTÃO DE “PRODUTIVIDADE”

Um dos problemas históricos da educação brasileira são os baixos salários de professores da rede pública. Em Goiás, a situação era ainda pior, já que uma parcela dos docentes da rede estadual não recebia sequer o piso nacional do magistério, fixado em R\$ 1.187,00 mensais. Esses professores – menos de 4% do total – não tinham diploma universitário e ocupavam o primeiro degrau da carreira.^{XV}

Na campanha eleitoral, o então candidato Perillo havia prometido pagar o piso, e esse era o primeiro item da pauta de reivindicações do Sintego. A cobrança era feita a cada encontro com Thiago, desde a primeira reunião dos sindicalistas com o recém-empossado secretário, na segunda semana de janeiro.

Thiago defendia o piso, até porque se tratava de obrigação legal, mas, no tocante à valorização dos professores, sua atenção estava voltada a outro tipo de ação, uma vez que pretendia criar um bônus salarial associado ao desempenho desses profissionais. A lógica, para ele, era simples: professores com melhores resultados na relação ensino-aprendizagem deveriam ser recompensados por isso.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, antes mesmo de completar um mês no cargo, Thiago afirmou que não considerava justo um professor com melhor desempenho ganhar o mesmo que um colega com produtividade inferior.^{XVI} Ele adiantou o modelo de bônus que imaginava: “Eu terei um contrato de metas e isso vai descer até o professor. Vamos estabelecer um sistema de bônus por desempenho com base nas avaliações que vamos criar. Não será comparativo por escola, vamos trabalhar com base em um índice e definir o bônus em cima da melhoria do rendimento de cada unidade”.

O secretário estava ciente de que a proposta enfrentaria forte oposição, como relata: “Encontraremos resistência, mas queremos envolver a sociedade, mostrar que é possível dar um salto de qualidade. Quanto ao salário, estamos fazendo um estudo de valorização. Primeiro queremos atingir o piso, depois vamos gerar uma projeção de aumento. Não vamos fazer para amanhã, o momento é de aperto de cinto do ponto de vista financeiro”.

LUGAR DE PROFESSOR É NA SALA DE AULA

Uma das primeiras providências de Thiago à frente da Secretaria da Educação foi solicitar um levantamento para saber quantos professores estavam efetivamente lecionando na rede estadual. Um balanço inicial revelou que 11 mil dos 29 mil docentes do quadro permanente encontravam-se fora das salas de aula. Nova contagem, porém, indicou que esse número chegaria a 14 mil.

Nesse universo de professores afastados das salas de aula, a Secretaria constatou que oito mil participavam de projetos complementares, que consistiam em atividades como horta ou rádio escolar. Outros docentes tomavam conta de laboratórios de informática ou realizavam tarefas administrativas, como tirar fotocópias.

Thiago disse ter ficado impressionado com o que classificou de “distorções”, especialmente porque a rede estadual tinha déficit de professores em disciplinas como física, química e artes. Para suprir a falta de profissionais, a Secretaria contratava professores temporários. Alguns casos eram emblemáticos, nas palavras do secretário: “Chegamos a ter um professor, mestre em Matemática, que estava tirando xerox, fazendo trabalho manual e burocrático, quando renderia muito mais se estivesse na sala de aula. Outro professor, de Física, ficava vinte horas em sala de aula e mais vinte horas cuidando da horta do colégio. [...] Um professor de Língua Portuguesa tinha virado assistente de laboratório de informática. Agora, vai explicar para esse professor que ele tem de voltar para a sala de aula... Quando eu tirei esse professor, fui acusado de fechar o laboratório. É muito difícil”.^{XVII}

Ainda no primeiro semestre, Thiago determinou a extinção dos projetos. A reação foi negativa. O Sintego, que já criticava as mudanças nas eleições para diretores de escola, acusou a Secretaria de dar “mais um golpe nos trabalhadores”.^{XVIII}

O sindicato voltou a reclamar da falta de diálogo, já que não fora consultado sobre a iniciativa, e destacou efeitos colaterais da medida, como a demissão de professores temporários e o remanejamento de docentes que estavam em estágio probatório e tiveram de ser realocados.

A presidente do Sintego, Iêda Leal, cobrou transparência, lembrando que o sindicato não era recebido pelo secretário há meses: “Thiago diz que há 14 mil profissionais aptos a voltar para a sala de aula. E que já transferiu 4 mil. Mas se recusa a dizer onde estão ou estavam esses profissionais e o que foi feito com as vagas deixadas em aberto nas funções administrativas. Se recusa a mostrar se o Estado está realmente investindo 25% do orçamento. Se recusa a debater seus projetos antes de colocá-los em prática, como requer a democracia”.^{XIX}

De acordo com o secretário, esse foi o “primeiro enfrentamento” com os professores: “Descobri que tinha uma liberdade muito grande para as escolas desenvolverem projetos. Muitos projetos não existiam: tinha professor que era responsável pela horta, e a escola não tinha horta. Era uma forma de o professor sair da sala de aula. Ele saía, porque sala de

aula era o lugar mais difícil e não era valorizado como lugar primordial na rede. O mais difícil, mas não o melhor remunerado. Entendi que era legítimo e humano. Mas era o contrário do que precisava ser. Dei a determinação de que tinham que voltar para a sala de aula. Apesar de óbvia, na vida do professor, era uma mudança grande. E isso gerou atrito: o professor não podia reclamar publicamente, mas ficou muito machucado. Foi o nosso primeiro enfrentamento”.

AGORA SIM O BÔNUS, MAS POR ASSIDUIDADE

Ao constatar que milhares de professores estavam afastados das salas de aula, Thiago percebeu que seria preciso criar um incentivo para a atividade docente. Admitiu, então, rever o desenho do bônus: em vez de premiar quem tivesse bom desempenho, o pagamento extra seria dado a quem efetivamente dava aulas. “O sistema vinha de uma disfunção tão grande que precisou de incentivo financeiro para valorizar o trabalho na sala de aula”, disse o secretário.

Em 22 de junho, ele e o governador Perillo lançaram o Programa Reconhecer – Estímulo à Regência. O programa começaria já no segundo semestre, com pagamento aos professores que estivessem lecionando, proporcional à carga horária em sala de aula. O valor poderia chegar a R\$ 1.500,00 ao ano no caso dos educadores em regime de quarenta horas semanais.

Para receber o dinheiro, porém, havia critérios rigorosos de assiduidade: quem tivesse mais de 5% de faltas não teria direito ao bônus. O valor cheio somente seria pago a quem faltasse, no máximo, a 1% das aulas. Acima disso, o prêmio sofreria descontos – com até 2% de faltas, o professor ganharia apenas 85% do valor do bônus; com até 3% de faltas, 70%; com até 4%, 55%; com até 5%, 40%.

As regras para justificar as faltas também eram mais restritivas: somente seriam aceitos atestados de saúde emitidos pela Junta Médica do Estado.

O Sintego condenou o novo programa, lamentando que a nova “gratificação” deixasse de fora os 7 mil professores temporários, os aposentados e quem trabalhava fora da sala de aula, em atividades administrativas e pedagógicas. Na opinião dos sindicalistas, porém,

a pergunta que não queria calar era: Como um governo que alegava falta de recursos para o piso nacional do magistério podia lançar um programa de bônus?

PACTO PELA EDUCAÇÃO

O plano de reforma educacional demorou mais que o previsto para ficar pronto. Com o nome de Pacto pela Educação, foi lançado em 5 setembro de 2011. Consistia em cinco pilares e 25 ações. Os pilares deixavam clara a intersectorialidade do plano, ou seja, a ideia de agir em diferentes frentes. Eram eles:

1. valorizar e fortalecer o profissional da educação;
2. adotar práticas de ensino de alto impacto no aprendizado do aluno;
3. reduzir significativamente a desigualdade educacional;
4. estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito;
5. realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino.

A elaboração do Pacto consumira longas jornadas. Mais de uma vez, Thiago e seus assessores deixaram o prédio da Secretaria da Educação e seguiram até a sede da Associação Goiana de Municípios, para reuniões com a equipe da Bain & Company. Propositalmente, os encontros eram marcados fora da Secretaria. Do contrário, seriam interrompidos pelo entra e sai de políticos, autoridades e educadores no gabinete do secretário.

Quando o documento finalmente foi concluído, Thiago estava no cargo havia quase nove meses. O lançamento do Pacto daria visibilidade à reforma proposta pelo secretário, sendo que algumas ações já estavam em andamento, como a reformulação das eleições para diretor de escola e do pagamento de bônus por assiduidade dos professores.^{xx}

Entre as iniciativas previstas nas 25 ações do Pacto, algumas eram objetivas, como a criação do Idego, a vinculação do bônus ao desempenho dos professores (medido pelo rendimento dos alunos) e o monitoramento em tempo real de estudantes ausentes, como forma de combater a evasão. Outras eram vagas, como a do fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que previa torná-la “mais direcionada à realidade de seus alunos”, ou a do apoio às diversidades, que mencionava estratégias como “aprofundar as técnicas para o aprendizado do aluno especial” e, no caso da educação indígena e de demais minorias, “ter atenção especial à evolução do ensino das minorias”.^{XXI}

No lançamento, ao lado do governador Perillo, Thiago lembrou que apenas 27% dos alunos goianos concluíam o ensino médio com conhecimentos adequados de Língua Portuguesa, índice que, no caso da Matemática, era de meros 9%. “É essa realidade que queremos mudar, porque, atrás de cada um desses números, está o cidadão que perdeu, nas nossas escolas, a oportunidade de se preparar para o trabalho e para a vida”, disse o secretário.^{XXII}

Thiago ouviu vaias e manifestações de indignação na plateia, em especial quando afirmou que a média salarial dos professores na rede estadual era de R\$ 2,4 mil. Para o Sintego, o que mais chamou atenção no Pacto foi a ausência do pagamento do piso salarial nacional entre as metas. O sindicato criticou a proposta de reforma educacional por tratar o ensino público “por um viés mercadológico”, indo contra princípios de “inclusão” e “coletividade”. Em nota, o Sintego afirmou que a Secretaria da Educação “pretende reforçar o conceito de fracasso entre estudantes e professores, estimulando a competitividade e o individualismo nas escolas”.^{XXIII}

Iêda Leal, então presidente do sindicato, declarou, nessa nota: “Há pontos, nessas diretrizes, que apoiamos. Alguns são óbvios, como a necessidade de acabar com o analfabetismo entre jovens. Mas, na maioria dessas metas, o Estado não diz como pretende alcançá-las. De modo geral, a reforma é um discurso para agradar os empresários”.

Ameaçado de expulsão pelo PMDB durante os primeiros meses de sua gestão como secretário, Thiago acabou deixando a legenda e se filiando ao

recém-criado Partido Social Democrático (PSD), à época do lançamento do Pacto. Em 26 de outubro de 2011, quando o novo partido apresentou sua bancada ao Congresso, Thiago era um de seus 55 deputados federais.

O Pacto era a principal pauta positiva da Secretaria e de Thiago, que finalmente tinha seu plano consolidado e pronto para implementação – acreditava que assim conseguiria atingir seu objetivo de melhorar a educação de Goiás. Sua expectativa para os anos de implementação era de muito trabalho e bons resultados. Por outro lado, ficava com o peso de ter demorado demais ou despendido muitos recursos para um plano ainda criticado por não fechar a conta da folha de pagamento dos profissionais da educação.

A CONTA QUE NUNCA FECHA

As demandas para o cumprimento do piso salarial do magistério se acumulavam e tensionavam a todos. Ao fazer os cálculos para buscar atendê-las, Thiago constatou que não havia recursos para honrar o piso. Uma vez que a carreira docente era escalonada, o reajuste no degrau mais baixo – a fim de atingir o piso – geraria um efeito cascata, elevando os salários de todos os demais professores que já recebiam acima do mínimo. Thiago relata: “Foi o principal problema nosso. Fizemos a conta: se fôssemos pagar o piso, isso consumiria 102% do orçamento da Educação. A gente ia fechar as portas e o dinheiro não ia dar”, revelou o superintendente Erick.

Pressionado, o governo Perillo buscou uma saída: incorporar aos vencimentos dos professores a chamada gratificação por titularidade, que era dada a docentes que concluíssem cursos de formação continuada, especialização, mestrado ou doutorado. Para isso, seria preciso mexer no plano de carreira do magistério. Foi a gota d’água.

O Sintego somente tomou conhecimento do inteiro teor da proposta para o plano de carreira quando ela começou a ser analisada pela Assembleia Legislativa. Em 17 de dezembro, os deputados aprovaram o projeto de lei em segundo turno. O sindicato acusou os deputados de darem “um golpe contra os professores”.

Antes disso, quando a Assembleia Legislativa aprovou o projeto em primeiro turno, o Sintego divulgou nota afirmando que a decisão destrui-

ria a carreira dos professores goianos. A presidente do sindicato, professora Iêda, declarou: “Dizem que vão pagar o piso, mas achatam a carreira de 99% da categoria, acabam com a gratificação por titularidade e tiram o estímulo do professor de investir na profissão e continuar na rede pública. E, para isso, contaram com o apoio de praticamente todos os deputados estaduais, que ignoraram a carreira de mais de 24 mil educadores que se dedicam todos os dias na formação de milhares de jovens goianos”.^{XXIV}

De acordo com o Sintego, a mudança achataria a carreira em cerca de oito pontos percentuais, ao reduzir a distância entre os diferentes níveis. O sindicato falava em “redução salarial” e informou que uma parcela dos professores perderia até R\$ 10 mil por ano devido à alteração no plano de carreira.

Na prática, todos os professores teriam reajuste, ainda que o acréscimo, para boa parte deles, ficasse em torno de 2%. O próprio Sintego reconhecia isso.

O problema é que a proposta de mudança no plano de carreira reduzia o aumento salarial na progressão de carreira para os professores que já recebiam acima do piso nacional. Sob esse ponto de vista, a revolta era causada pela frustração da expectativa de receber um reajuste maior. “O governo passa a pagar o piso para os 932 professores com formação no ensino médio (nível P-I) e deixa mais de 29 mil docentes (níveis P-II, P-III e P-IV) sem o reajuste proporcional”,^{XXV} resumiu o Sintego, em nota pública.

A tensão foi crescendo até a deflagração da greve em 6 de fevereiro de 2012. Thiago jogou duro: cortou o ponto e suspendeu o pagamento aos grevistas. De acordo com o Sintego, o primeiro dia de paralisação atingiu 80% das escolas estaduais no interior e 70% na capital Goiânia.

A negociação passou a ser feita diretamente com o governador Perillo. A relação entre o sindicato e o secretário havia se deteriorado completamente. A professora Bia, que sucedeu Iêda à frente do Sintego, classificou a passagem de Thiago pela Secretaria da Educação de Goiás como nociva ao ensino e à aprendizagem no estado: “Thiago Peixoto foi o pior secretário da Educação da história de Goiás”.

O Sintego chegou a entregar a Perillo um abaixo-assinado com cerca de 63 mil assinaturas, pedindo a saída de Thiago. O documento afirmava que “o secretário não atende ao perfil necessário ao cargo”.^{XXVI}

Perillo, por sua vez, enfrentava dificuldades em outra área. Politicamente, ele estava bastante fragilizado, depois das denúncias de envolvimento com o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. O desgaste por conta da greve complicava a situação. Thiago, que a essa altura havia trocado o PMDB pelo recém-criado PSD, corria o risco de virar um peso insuportável para o governador tucano. A tensão crescia e, entre os assessores mais próximos do secretário, já havia gente com medo de que o chefe perdesse o emprego. Em um jantar após o expediente, um deles comentou: “Acho que amanhã vamos estar todos exonerados”.

Thiago também cogitava essa possibilidade: seria uma grande decepção sair “por baixo”, derrotado pelo sindicato e tido como inimigo dos professores. Ainda mais da função que sempre desejou exercer – e depois de tantos sacrifícios e conquistas. Estava claro que o cargo estava atrelado a riscos como esse, e Thiago acreditava que, para fazer a diferença na educação, era mesmo necessário enfrentá-los.

EPÍLOGO

A greve dos professores terminou em 27 de março de 2012, após 51 dias de paralisação. Foram inúmeras reuniões até que os professores aceitassem retomar o trabalho, com a promessa de reajuste para parte da categoria e a volta do acréscimo salarial para mestres e doutores, nos percentuais de 40% e 50%, respectivamente, como ocorria antes da incorporação da gratificação por titularidade.

O corte do ponto dos grevistas parece ter impactado os ânimos. Segundo Thiago, teria pesado também o medo de perda do bônus por assiduidade. Ao final da greve, houve acordo para a devolução do dinheiro referente aos dias descontados pela Secretaria da Educação, mediante reposição das aulas. Do ponto de vista dos estudantes, naturalmente, o ano letivo sofreu atrasos.

A decisão de cortar o ponto dos grevistas teve falhas de execução, considerando que até mesmo profissionais legalmente afastados do trabalho, como professoras em licença-maternidade, tiveram dias descontados. O Ministério Público foi acionado, e a Secretaria admitiu o erro, anunciando que já havia determinado o ressarcimento na folha do mês seguinte.

Os resultados do Ideb de 2011 foram divulgados no segundo semestre de 2012 e serviram de alento a Thiago. Após o desgaste da greve, o índice do ensino médio da rede estadual aumentou e o estado subiu para a quinta posição do *ranking* nacional. Para o secretário, o resultado mostrou que a reforma estava no caminho certo.

Thiago não tinha dúvida de que a melhora no Ideb era reflexo das políticas adotadas em seu primeiro ano de gestão, a começar pela Avaliação Diagnóstica que, desde março de 2011, preparou alunos e professores para a Prova Brasil e o Saeb. O Pacto avançou na reforma curricular, na atuação dos tutores pedagógicos ligados diretamente ao gabinete do secretário e no combate à evasão escolar, por meio de uma central telefônica que entrava em contato com as famílias de alunos ausentes. “A alma da Secretaria passou a ser o pedagógico”, resumiu o secretário.

Ele deixou o cargo em 31 de dezembro de 2013, para candidatar-se à reeleição como deputado federal no ano seguinte. Por maior que fosse o seu interesse na educação, Thiago era, acima de tudo, um político. Das 1.095 escolas que prometeu visitar, ele foi a quase 800.

Os atritos com o Sintego não terminaram com sua saída da Secretaria. Ao contrário, acirraram-se. O sindicato mobilizou-se contra a reeleição de Thiago, fazendo campanha para impedir a renovação do mandato. Como ele mesmo conta: “Montaram campanha contra mim no estado inteiro, com panfleto, rede social. Em 90% dos encontros políticos que eu fazia, tinha sindicato na porta, protestando”, contou Thiago.

Durante a campanha de 2014, foram divulgados os resultados do Ideb de 2013, quando a rede estadual de Goiás alcançou a primeira colocação no *ranking* nacional do ensino médio, com índice de 3,8. Thiago relembra: “Acho que foi o dia mais feliz da minha vida”.

Em termos de pontuação no Ideb, o avanço maior tinha ocorrido no biênio anterior, de 2009 para 2011, quando o indicador do ensino médio pulou de 3,1 para 3,6. Em 2013, quando a rede estadual subiu ao topo do *ranking*, a elevação ficou em 0,2. “O resultado que nós entregamos está longe do ideal. Seu principal mérito é mostrar que é possível ter incrementos”, disse Thiago, acrescentando: “O Ideb do nosso estado não é

referência para o Brasil. Eu seria medíocre se pensasse isso. Mas provamos que se consegue alterar o curso da educação com visão de curto prazo”.

De acordo com o Sintego, porém, o avanço da rede estadual de ensino médio não decorria de melhora na aprendizagem, longe disso. A presidente do sindicato, professora Bia, atribuía o êxito a uma política deliberada de aprovação de estudantes com o intuito de aumentar o Ideb artificialmente – o Ideb é calculado com base na nota dos alunos e no percentual de estudantes aprovados ao final de cada ano letivo. A acusação de Bia, então repetida por outros professores, era de que a Secretaria da Educação determinaria a aprovação de estudantes a fim de aumentar o índice de aprovação – e, por conseguinte, o próprio Ideb da rede estadual. “São dados mascarados. Se o critério do Ideb é em cima da reprovação, aqui em Goiás foi proibido reprovar aluno”, afirmou Bia.

Thiago, já na condição de ex-secretário da Educação, foi reeleito deputado federal para o período 2015-2018, mas com menos votos do que na eleição de 2010.

ANEXOS

DADOS DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO DE GOIÁS

	2007	2009	2011	2013
Número de escolas de ensino médio total	831	859	894	901
Número de escolas de ensino médio da rede estadual	575	583	603	606
Número de alunos de ensino médio total	272.086	265.945	262.713	258.243
Número de alunos de ensino médio da rede estadual	236.594	227.654	220.525	213.010

Fonte: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DADOS DE PROFICIÊNCIA E FLUXO NO ENSINO MÉDIO DE GOIÁS

	2007	2009	2011	2013
Ideb EM – Total	3,1	3,4	3,8	4
Aprovação EM – Total	0,74	0,75	0,8	0,85
Proficiência EM – Total	4,9	5,18	5,09	5,04
Ideb EM – Estadual	2,8	3,1	3,6	3,8
Aprovação EM – Estadual	0,73	0,73	0,83	0,88
Proficiência EM – Estadual	3,89	4,19	4,37	4,33
Ideb EM – Particular	5,7	5,8	5,5	5,5
Aprovação EM – Particular	0,95	0,94	0,95	0,96
Proficiência EM – Particular	5,98	6,18	5,82	5,75

Fontes de pesquisa: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/cenario-educacional>>; QEdu, 2018. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>>. Acessos em: 10 jul. 2018.

JUSTIÇA NEGA PEDIDO DE THIAGO PEIXOTO PARA CALAR SINTEGO

02 de setembro de 2014 | 09:53

A justiça negou o pedido do ex-secretário Thiago Peixoto de proibir o Sintego de divulgar o panfleto “Thiago Peixoto, o vilão da Educação de Goiás” que traz informações sobre ações, que prejudicaram enormemente os trabalhadores da rede estadual de ensino, durante o tempo em que esteve à frente da secretaria. O ex-secretário pediu ainda que a justiça use seu Poder de Polícia e apreenda todo o material, numa clara tentativa de calar o Sintego e os educadores.

No panfleto, o sindicato elenca uma série de expedientes utilizados por Thiago, que causaram prejuízos financeiros e profissionais irreparáveis a milhares de trabalhadores, como a alteração no Plano de Carreira para incorporar a titularidade; o não cumprimento do acordo com os educadores; os oito meses de calote no reajuste do Piso; a incorporação de direitos dos funcionários das escolas para complementação do salário mínimo e a contratação de temporários em detrimento da realização de concurso público. Traz ainda um levantamento que calcula o prejuízo de mais de R\$ 30 mil reais aos professores que tiveram a titularidade incorporada e sofreram os oito meses de calote.

Na decisão, ao contrário do que pretendia Thiago, o juiz auxiliar Jesus Crisóstomo de Almeida, entendeu que “todo homem público, e o ex-Secretário de Educação do Estado de Goiás, candidato a deputado federal, é um deles, está sujeito a críticas, próprias da liberdade de expressão, de comunicação e de opinião.”

Como argumento para calar o Sintego, Thiago Peixoto alegou que o panfleto é prejudicial a sua imagem. Para a vice-presidenta do Sintego, Lêda Leal, “prejudicial foi a aprovação de uma lei que destruiu a carreira dos professores, com a incorporação da titularidade, e a falta de política de valorização profissional que nega aos administrativos o crescimento na carreira com salário justo”.

Sobre essa pretensão do ex-secretário de que o panfleto é prejudicial a sua imagem o juiz afirmou que “o fato de constar no panfleto impugna-

do opinião desfavorável, por si só, não macula a propaganda ou mesmo a imagem do candidato, de sorte a degradá-lo ou, ainda, ofender-lhe a honra e a moral ou mesmo caracteriza assertiva sabidamente inverídica”.

Ao concluir a decisão, o juiz Jesus Crisóstomo de Almeida ainda afirma: “Ocupar um cargo público de tamanha visibilidade traz, sem dúvidas, bônus imensuráveis a um homem público, entretanto, deve-se suportar o ônus de ocupá-lo, pois sempre estará sujeito a críticas lançadas à sua gestão frente à secretaria”.

“É uma atitude típica dos ditadores, que calavam seus opositores para que a sociedade não conhecesse das suas maldades e é uma vitória dos educadores que estão exercendo o seu direito de se posicionar e gritar contra todos os prejuízos que tiveram quando Thiago Peixoto foi secretário da Educação”, afirmou Bia de Lima, presidenta do Sintego.

Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/justica-nega-pedido-de-thiago-peixoto-para-calar-sintego/pag/1>>. Acesso em: 2 set. 2014.

PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

[...]

SEÇÃO II DA GRATIFICAÇÃO PELO EVENTUAL DESEMPENHO DO MAGISTÉRIO EM LUGAR DE DIFÍCIL ACESSO OU PROVIMENTO.

- Revogado pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

SEÇÃO VI DA GRATIFICAÇÃO DE TITULARIDADE

~~Art. 60. Será concedida ao professor efetivo uma gratificação de titularidade mediante a apresentação de certificado ou certificados de cursos de aprimoramento, aperfeiçoamento profissional ou pós-gra-~~

duação na área educacional ou na sua área de formação, conforme o disposto no art. 61 desta lei.

- Revogado pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

[...]

SEÇÃO VIII-A

DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Art. 63-A. Será concedida ao professor uma gratificação de desempenho de 10% (dez por cento), sucessivamente, até o máximo de 60% (sessenta por cento), calculada sobre o vencimento na referência do respectivo cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente, mediante o preenchimento simultâneo das seguintes condições:

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

I - aprovação em avaliação, a ser regulamentada por ato do Chefe do Executivo;

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

II - interstício mínimo de 3 (três) anos, contados da data da última concessão.

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Parágrafo único. Os acréscimos pecuniários de que trata o *caput* dar-se-ão escalonadamente sempre à razão de 10% (dez por cento).

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Art. 63-B. A concessão da gratificação de que trata o art. 63-A terá como limite anual 20% (vinte por cento) do total dos professores em atividade pedagógica.

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Art. 63-C. A avaliação de que trata o inciso I do art. 63-A será realizada anualmente pela Secretaria da Educação e Secretaria de Gestão e Planejamento, considerando-se aprovado o professor que ultrapassar os níveis mínimos de desempenho exigidos no formulário de desempenho e na prova objetiva.

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

SEÇÃO VIII-B

DA GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO AVANÇADA

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Art. 63-D. Será concedida ao professor gratificação de formação avançada em razão da conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, em instituição de ensino oficial ou devidamente credenciada por órgão oficial, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

I - apresentação do certificado de conclusão respectivo;

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

II - aprovação do título por comissão especial da Secretaria da Educação, com a finalidade de avaliar a idoneidade da instituição de ensino em que foi realizado o curso.

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

Art. 63-E. A gratificação de formação avançada será calculada sobre o vencimento na referência que o professor ocupar, de forma não cumulativa, à razão de:

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

I - 40% (quarenta por cento), para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado;

Redação dada pela Lei nº 17.665, de 18-06-2012, art. 1º, III.

I - 10% (dez por cento), para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado;

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

II - 50% (cinquenta por cento), para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de doutorado.

Redação dada pela Lei nº 17.665, de 18-06-2012, art. 1º, III.

II - 20% (vinte por cento), para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de doutorado.

- Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, II.

[...]

Parágrafo único. Não haverá prejuízo na progressão horizontal caso a Secretaria da Educação não proceda à avaliação de desempenho prevista no inciso II deste artigo.

Redação dada pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, III.

[...]

CAPÍTULO III

DA PROGRESSÃO

[...]

III - tiver participado com aproveitamento de, pelo menos, 120 (cento e vinte) horas de programas ou cursos de capacitação que lhe deem suporte para o seu exercício profissional, na modalidade presencial ou à distância, oferecidos pela Secretaria da Educação ou por instituição devidamente credenciada, com duração mínima de 20 (vinte) horas cada um, condicionada à aprovação do título por comissão especial da Secretaria da Educação, com a finalidade de avaliar a idoneidade da instituição em que foi realizado o curso.

Redação dada pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, III.

~~III – tiver participado, com aproveitamento de, pelo menos 120 horas, de programas ou cursos de capacitação que lhe dêem suporte para o seu exercício profissional, na modalidade presencial ou à distância, oferecidos pela Secretaria da Educação ou por instituição devidamente credenciada, desde que reconhecidos por órgão competente, com duração mínima de 20 (vinte) horas cada um.~~

Parágrafo único. Não haverá prejuízo na progressão horizontal caso a Secretaria da Educação não proceda à avaliação de desempenho prevista no inciso II deste artigo.

Redação dada pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, III.

~~Parágrafo único. Caso a Secretaria da Educação não proceda à avaliação de desempenho prevista no inciso II, ou não ofereça programas ou cursos de capacitação previstos no inciso III do “caput”, não haverá prejuízo na progressão horizontal.~~

[...]

CAPÍTULO IV DO QUANTITATIVO DOS CARGOS

[...]

Art. 210. Os valores dos vencimentos básicos dos professores do Quadro Permanente e dos professores do Quadro Transitório são estabelecidos, a partir de 1º de janeiro de 2012, de acordo com os Anexos I e II, respectivamente.

Redação dada pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, IV.

~~Art. 210. Os valores dos vencimentos básicos dos professores e professores assistentes passam a ser determinados a partir de 1º de abril de 2002, de acordo com os Quadros 3 e 4, respectivamente, sendo-lhes assegurada uma antecipação de 1/3 (um terço) da diferença em 1º de setembro de 2001 e outro terço da diferença em 1º de fevereiro de 2002.~~

[...]

§ 2º O montante dos vencimentos de que tratam os Anexos referidos no *caput* compreenderá, independentemente da percepção atual ou não pelo professor, a gratificação de titularidade à razão de 30% (trinta por cento), inclusive para aposentados e pensionistas.

Redação dada pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, IV.

§ 2º. A diferença de vencimento:

I – do nível I para o nível II será de 13,07% sobre a referência correspondente do nível I;

Revogado pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, V.

II – do nível II para o nível III será de 34,05% sobre a referência correspondente do nível II;

Revogado pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, V.

III – do nível III para o nível IV será de 12,75% sobre a referência correspondente do nível III.

Revogado pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011, art. 1º, V.

[...]

ANEXO I

Redação dada pela Lei nº 17.557, de 20-01-2012, em vigor a partir de 1º-02-2012.

QUADRO PERMANENTE

CARGO	CH	REFERÊNCIA / VENCIMENTO						
		A	B	C	D	E	F	G
P-I	20	730,00	744,60	759,49	774,68	790,17	805,97	822,09
	30	1.095,00	1.116,90	1.139,24	1.162,02	1.185,26	1.208,97	1.233,15
	40	1.460,00	1.489,20	1.518,98	1.549,36	1.580,35	1.611,96	1.644,20
P-II	20	751,97	767,01	782,35	798,00	813,96	830,24	846,84
	30	1.127,96	1.150,52	1.173,53	1.197,00	1.220,94	1.245,36	1.270,27
	40	1.503,94	1.534,02	1.564,70	1.595,99	1.627,91	1.660,47	1.693,68
P-III	20	1.008,02	1.028,18	1.048,74	1.069,71	1.091,10	1.112,92	1.135,18
	30	1.512,02	1.542,26	1.573,11	1.604,57	1.636,66	1.669,39	1.702,78
	40	2.016,03	2.056,35	2.097,48	2.139,43	2.182,22	2.225,86	2.270,38
P-IV	20	1.136,54	1.159,27	1.182,46	1.206,11	1.230,23	1.254,83	1.279,93
	30	1.704,80	1.738,90	1.773,68	1.809,15	1.845,33	1.882,24	1.919,88
	40	2.273,07	2.318,53	2.364,90	2.412,20	2.460,44	2.509,65	2.559,84

ANEXO I

Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011.

QUADRO PERMANENTE

CARGO	CH	REFERÊNCIA / VENCIMENTO						
		A	B	C	D	E	F	G
P-I	20	697,50	711,45	725,68	740,19	754,99	770,09	785,09
	30	1.046,25	1.067,18	1.088,52	1.110,29	1.132,50	1.155,15	1.178,25
	40	1.395,00	1.422,90	1.451,36	1.480,39	1.510,00	1.540,20	1.571,00
P-II	20	751,97	767,01	782,35	798,00	813,96	830,24	846,84
	30	1.127,96	1.150,52	1.173,53	1.197,00	1.220,94	1.245,36	1.270,27
	40	1.503,94	1.534,02	1.564,70	1.595,99	1.627,91	1.660,47	1.693,68
P-III	20	1.008,02	1.028,18	1.048,74	1.069,71	1.091,10	1.112,92	1.135,18
	30	1.512,02	1.542,26	1.573,11	1.604,57	1.636,66	1.669,39	1.702,78
	40	2.016,03	2.056,35	2.097,48	2.139,43	2.182,22	2.225,86	2.270,38
P-IV	20	1.136,54	1.159,27	1.182,46	1.206,11	1.230,23	1.254,83	1.279,93
	30	1.704,80	1.738,90	1.773,68	1.809,15	1.845,33	1.882,24	1.919,88
	40	2.273,07	2.318,53	2.364,90	2.412,20	2.460,44	2.509,65	2.559,84

ANEXO II

- Acrescido pela Lei nº 17.508, de 22-12-2011.

QUADRO TRANSITÓRIO

CARGO	CH	REFERÊNCIA / VENCIMENTO						
		A	B	C	D	E	F	G
PA-A	20	586,51	598,24	610,20	622,40	634,85	647,55	660,50
	30	852,57	869,62	887,01	904,75	922,85	941,31	960,14
	40	1.136,76	1.159,50	1.182,69	1.206,34	1.230,47	1.255,08	1.280,18
PA-B	20	609,62	621,81	634,25	646,94	659,88	673,08	686,54
	30	902,67	920,72	939,13	957,91	977,07	996,61	1.016,54
	40	1.203,56	1.227,63	1.252,18	1.277,22	1.302,76	1.328,82	1.355,40
PA-C	20	635,19	647,89	660,85	674,07	687,55	701,30	715,33
	30	952,79	971,85	991,29	1.011,12	1.031,34	1.051,97	1.073,01
	40	1.270,38	1.295,79	1.321,71	1.348,14	1.375,10	1.402,60	1.430,65
PA-D	20	751,97	767,01	782,35	798,00	813,96	830,24	846,84
	30	1.127,96	1.150,52	1.173,53	1.197,00	1.220,94	1.245,36	1.270,27
	40	1.503,94	1.534,02	1.564,70	1.595,99	1.627,91	1.660,47	1.693,68

Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_13909.htm>. Acesso em: 1º out. 2018.

NOTAS

- I TODOS PELA EDUCAÇÃO. Indicadores por localidade. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/dados-5-metas#grafico.>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- II *Waiting for “Superman”*. Direção: Davis Guggenheim. EUA, 2010, (102 min).
- III Secretaria da Educação de Goiás. Thiago percorre doze escolas no primeiro dia do ano letivo. 25 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://educacao.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2534>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- IV Secretaria da Educação de Goiás. Avaliação diagnóstica na rede estadual é inédita em Goiás. 3 mar. 2011. Disponível em: <www.educacao.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2578>. Acesso em: 1º out. 2018.
- V Secretaria da Educação de Goiás. Secretaria da Educação divulga números de avaliação interna. 1º abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2619>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- VI Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Avaliação sim, mas com diálogo. Portal do Sintego. 6 abr. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/avaliacao-sim-mas-com-dialogo>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- VII Secretaria da Educação de Goiás. Reajuste para diretores de escolas passa a valer já em abril. 1º mar. 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2576>>. Acesso em: 1º maio. 2018.
- VIII Secretaria da Educação de Goiás. Diretores demonstram boa receptividade às mudanças anunciadas pelo secretário Thiago Peixoto. 28 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2573>>. Acesso em: 1º maio. 2018.
- IX Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Thiago Peixoto acaba com gestão democrática nas escolas da rede estadual. 14 jun. 2011. Portal da CNTE. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/giro-pelos-estados/7930-thiago-peixoto-acaba-com-gestao-democratica-nas-escolas-da-rede-estadual>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- X Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Sintego acompanha eleições para diretor na rede estadual. 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/sintego-acompanha-eleicoes-para-diretor-na-rede-estadual>>. Acesso em: 1º maio. 2018.
- XI Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Presidenta do Sintego assume cargo de membro... Portal da CUT. 14 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/presidenta-do-sintego-assume-cargo-de-membro-do-conselho-estadual-da-educacao-9597>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- XII Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Thiago Peixoto acaba com gestão democrática nas escolas da rede estadual. 14 jun. 2011. Portal da CNTE. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/giro-pelos-estados/7930-thiago-peixoto-acaba-com-gestao-democratica-nas-escolas-da-rede-estadual>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- XIII Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Acontece hoje 2ª processo de escolha de diretor nas escolas estaduais. 31 ago. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/acontece-hoje-2-processo-de-escolha-de-diretor-nas-escolas-estaduais>>. Acesso em: 1º maio 2018.
- XIV Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. GO: Thiago Peixoto acaba com gestão democrática nas escolas da rede estadual. 14 jun. 2011. Portal da CNTE. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/giro-pelos-estados/7930-thiago-peixoto-acaba-com-gestao-democratica-nas-escolas-da-rede-estadual>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

- XV De acordo com a nota pública do Sintego à sociedade goiana, publicada no portal do sindicato em 24 de janeiro de 2012, havia 932 professores em um universo de mais de 29 mil docentes da rede estadual ganhando abaixo do piso nacional em 2012, quando o governo estadual passou a pagar valores acima do piso para todos os professores. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Nota Pública à sociedade goiana. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/nota-publica-do-sintego-a-sociedade-goiana>>. Acesso em: 1^a maio 2018.
- XVI Secretaria da Educação de Goiás. Jornal Valor Econômico destaca planos da Seduc-GO. 26 jan. 2011. Disponível em: <<http://seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2536>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- XVII Na Seduc tinha professor com mestrado no serviço de xerox. *Jornal Opção*, ed. 1.874, 5-11 jun. de 2011. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/na-seduc-tinha-professor-com-mestrado-no-servico-de-xerox>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- XVIII Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Secretaria de Educação dá mais um golpe nos trabalhadores. 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/secretaria-estadual-de-educacao-da-mais-um-golpe-nos-trabalhadores>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- XIX Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Em defesa da educação e dos trabalhadores. 12 ago. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/em-defesa-da-educacao-e-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- XX O Pacto pela Educação faz referência às ações iniciadas pela gestão de Thiago Peixoto antes de seu lançamento. Na página da internet em que apresenta o pacto, a Secretaria da Educação de Goiás fez isso com relação ao bônus por assiduidade, chamado de Programa Reconhecer, ao descrever o Pilar D do Pacto (“estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito”). Secretaria da Educação de Goiás. Pacto pela Educação. Disponível em <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/pilares.asp>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- XXI Idem.
- XXII Secretaria da Educação de Goiás. Governo de Goiás anuncia diretrizes do Pacto Pela Educação. 5 set. 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2955>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- XXIII Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Reforma Educacional precisa passar pelos trabalhadores em Educação. 11 set. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/refor-ma-educacional-precisa-passar-pelos-trabalhadores-em-educacao>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- XXIV Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Deputados aprovam em 1^a votação projeto de lei que destrói a carreira do professor. 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/deputados-aprovam-em-1-votacao-projeto-de-lei-que-destroi-a-carreira-do-professor>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- XXV Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Nota pública do Sintego à sociedade goiana: a verdade sobre as medidas do governador Marconi para a rede estadual de Educação. 24 jan. 2012. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/nota-publica-do-sintego-a-sociedade-goiana>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- XXVI Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Trabalhadores decidem manter greve suspensa até definir últimas negociações. 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://sintego.org.br/noticia/trabalhadores-decidem-manter-greve-suspensa-ate-definir-ultimas-negociacoes>>. Acesso em: 28 ago. 2018.